

A.I. N.º - 000.782.146-8/02
AUTUADO - GILSON MARTINS DOS ANJOS
AUTUANTE - ANTÔNIO LUIZ DO CARMO
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 10/05/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0149-03/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 17/02/02, trata de aplicação da multa de R\$ 600,00 pela falta de emissão de notas fiscais de saída de mercadorias em vendas para consumidor final.

O autuado, em tempo hábil, apresentou impugnação dizendo que em dias normais utiliza o talão de série D-1. Aos domingos, por ser um dia de feira livre, aduz que em virtude do grande movimento é quase impossível a emissão da nota fiscal no ato das vendas, porém alega que as mesmas são emitidas no final do dia. Esclarece que exerce a atividade de farmácia e que recolhe o ICMS por antecipação. Ao final, dizendo que é também optante do regime SIMBAHIA, pede a improcedência do Auto de Infração.

O autuante, em informação fiscal, ratificou a autuação, dizendo que o próprio autuante declarou a falta de emissão de notas fiscais de saídas nas vendas realizadas em dias de feira.

VOTO

Diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou evidenciado que o contribuinte realizou operação de saída de mercadorias, diretamente a consumidor final, sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

A própria defesa apresentada pelo sujeito passivo é uma confissão expressa do cometimento da infração, quando afirma “...e aos domingos por ser um dia de feira livre na cidade e de grande movimento, é quase impossível à emissão de nota fiscal no ato das vendas, sem o cliente exigir a mesma, mas no final do dia emitimos notas fiscais de todas as mercadorias vendidas”.

O argumento do contribuinte de que emite todas as notas fiscais no final do dia não ficou comprovada nos autos e ademais, o Termo de Ocorrência, anexado aos autos à fl. 05, bem como a nota fiscal nº 0743, à fl. 04, que foi emitida sob ação fiscal, comprovam o cometimento da infração.

Os artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, determinam que é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a Nota Fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias.

Vale ainda ressaltar, que o fato do sujeito passivo operar com mercadorias, cujo imposto já foi objeto de antecipação e de ser optante do regime simplificado SIMBAHIA, não o exime da obrigação acessória de emitir o documento fiscal sempre que efetuar suas vendas, de acordo com a previsão legal acima mencionada.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 000.782.146-8/02, lavrado contra **GILSON MARTINS DOS ANJOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 600,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, nova redação dada pela Lei nº 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de maio de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADOR